



A Troika no Carnaval veio encher o bernal à custa do Senhor Pascoal(1) Quando oiço os militantes do PSD e do CDS/PP, representantes do governo ditatorial da Troika, que se esmeram no cumprimento das regras ditadas pelo FMI e o governo alemão da senhora Ângela Merkel, afirmando que o povo português entende os sacrifícios que lhe estão a ser pedidos, por que é a sua liberdade e democracia que está a ser defendida, penso no que os conjurados fizeram no 1º de Dezembro de 1640 ao Miguel de Vasconcelos e o que os republicanos no 5 de Outubro de 1910, às teorias monárquicas e ao clericalismo. Quer num caso, quer noutro, o país estava preparado para a mudança, já que a teoria dum reino, dois países, se ia transformando num reino e um protectorado e ao descontentamento associava-se o divórcio entre os países comerciais e protestantes da Europa e o ruralismo agrário e parasitário duma península atabafada pelo centralismo régio aliado à inquisição. No segundo caso, basta percorrer os diversos roteiros republicanos que se publicaram por distritos, nas comemorações nacionais do centenário do 5 de Outubro, para se perceber como poder e povo andavam de candeias às avessas, e razão tinha João Chagas ao afirmar, que após a vitória em Lisboa, a República instalava-se pelo telégrafo.

Como nada, no mundo em que vivemos, acontece por acaso, a eliminação destes feriados corresponde, a meu ver, a um programa definido, de retorno a uma ideia autoritária, que se pode definir no seguinte lema: o poder manda, a igreja concilia, o povo obedece. As medidas que o governo da Troika, representado por Passos Coelho, vai implementando, da economia à sociedade, da saúde à educação, da organização do território à gestão das forças armadas e das polícias existentes, da estrutura da injustiça que é a justiça portuguesa ao controlo financeiro e bancário, da visão nacionalista de lapela aos 14% de desemprego do país real, da implementação da caridade e da misericórdia como alternativa ao fosso cada vez mais profundo entre elites e povo, são a essência duma democracia que a ala liberal do regime fascista, no tempo de Marcelo Caetano, padronizava. O que o governo de Passos Coelho intenta assenta na desigualdade social e no privilégio de minorias, conduz a algo que se foi instalando na Europa, através da corrupção, do peculato, da violência do Estado contra os direitos sociais e o desenvolvimento da humanidade, que se chama neo-liberalismo: a liberdade duma minoria assente na desigualdade e na exploração desenfreada dos trabalhadores, como na restrição dos direitos elementares para a criação duma sociedade desenvolvida.

Afinal não eram os comunistas que davam injeções atrás da s orelhas aos velhos, como os acusavam depois do 25 de Abril, para que o povo nunca se virasse contra quem secularmente os explorava, controlava, vigarizava. Quem os manda para baixo das pontes, para a sopa dos pobres, lhes retira a casa, o posto de saúde, a escola, o emprego, os medicamentos de que necessita mas não consegue comprar, lhe suga vampiricamente o vencimento ou a reforma com impostos atrás de impostos, taxas atrás de taxas, aumentos de preços atrás de aumento de preços, para pagar os juros dos empréstimos da banca alemã, francesa, são os mesmos que preenchem os programas televisivos com as suas regras, os seus comentários, pagos ao minuto ao preço dum estipêndio acumulado ao salário ou rendimento da sua profissão, numa orgia de prebendas que se recusam às populações. Quando um dia me contaram que o Parlamento português tem, a preços populares um restaurante de luxo, onde os deputados representantes do povo se diferenciam na prática do povo que representam, consigo perceber

a intensidade do grau de desconfiança que os portugueses têm da maior parte do poder político, considerando que a suspeita de corrupção afecta mais de 90% das instituições. E se é certo que a corrupção é, na Europa, como a peste negra na Idade Média, agrava-se em Portugal, quando os índices atingem valores de suspeita de corrupção, 86% no poder local, 90% no poder regional, 91% no poder nacional, como se lia em artigo de O Público, de 16 do corrente. Nem admira que os portugueses considerem que 63% dos políticos portugueses são corruptos. Como imagem de marca, é trágico. E mais ainda, quando se não acredita que essa corrupção possa ser combatida e venha a diminuir.

Agora que a Troika se instalou nos hotéis de luxo lisboetas para virem aproveitar o sol e gozarem o Carnaval que acharam bem que o governo de Passos Coelho proibisse à função pública, mas que a maioria das Câmaras recusou, representando o Big Brother tentacular e anónimo dos proveitos dos Mercados Financeiros, talvez este povo comece a olhar para quão perto está, por muito bem que se porte, do destino da Grécia, para onde o empurram meia dúzia de gente cujos contactos com o mundo do trabalho nunca ultrapassou os conselhos de administração onde entraram apadrinhados e protegidos, numa empreendedorismo de faz de conta, obra da cunha e do compadrio.

E que o seu protesto não se fique só pelo dos cortejos carnavalescos, porque o futuro que pode vir a não ter está neste presente que lhe vai sendo roubado e colocado nos bolsos desses grandes democratas que lhe venderam barato o que hoje lhe tiram por incumprimento. Os bancos estrangeiros estão cheios dos dinheiros levantados da banca portuguesa pelos grandes nacionalistas salvadores da pátria, que têm como trauma profundo o 25 de Abril e a esperança que trouxe a um povo que saiu à rua para respirar a liberdade.

(1) – Figura caricatural do povo português criada no fascismo pelo desenhador antifascista José Vilhena

antoniomario45@gmail.com